

## Jornalismo ou literatura? A produção de Moacyr Scliar<sup>1</sup>

Profa. Dra. Barbara Heller<sup>2</sup>

Universidade Paulista -- Unip

### Resumo

Pretendo verificar como Moacyr Scliar parece matizar os tênues limites que separam “texto jornalístico” de “texto ficcional”. A fim de verificar com maior acuidade como o autor se utiliza do suporte “jornal” e do suporte “livro” e as adequações necessárias para migrar de um a outro, recorrerei à análise de três de suas histórias publicadas em *O imaginário cotidiano* e *A mulher que escreveu a Bíblia*.

### Palavras-chave

Moacyr Scliar; jornalismo; ficção; mediação; verossimilhança

### I – INTRODUÇÃO

O texto busca analisar a produção de textos impressos, mais especificamente os de Moacyr Scliar, médico e escritor contemporâneo, autor de mais de 60 livros, em vários gêneros: conto, romance, crônica, ensaio.

O foco neste texto recairá, principalmente, sobre *O imaginário cotidiano* (Global, 2001), por conter os textos ficcionais que o autor criou, em 2003, para a seção “Cotidiano”, da *Folha de S. Paulo*, tendo por inspiração as notícias publicadas pelo mesmo periódico.

Pretendo, desta forma, começar uma reflexão sobre a produção editorial e jornalística de um autor que, desde *Histórias de médicos em formação* (Sem editora, 1962), até a recém lançada obra *Na noite do Ventre, o Diamante* (Objetiva, 2005), trafega entre diversos gêneros literários e parece matizar os tênues limites que separam “texto jornalístico” e “texto ficcional”. Trata-se, na verdade, de um autor fértil, que domina tanto a técnica jornalística -- como revela sua experiência de colaborador na *Folha de S. Paulo*, desde 1993, e de outros periódicos, como *Zero Hora* e *Veja* -- e a ficcional, meritória de prêmios e de participação em mais de 17 antologias estrangeiras.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao NP 04 – Produção Editorial, do XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Docente do Mestrado em Comunicação na Universidade Paulista (UNIP), docente de literatura brasileira no Centro Universitário Fundação Santo André e pesquisadora do Grupo de Pesquisa “Mídia e cultura”. E-mail: bheller@attglobal.net

A fim de verificar com maior acuidade como o autor se utiliza do suporte “jornal” e do suporte “livro” e as adequações necessárias para migrar de um a outro, em alguns momentos da análise recorrerei a outra de suas obras ficcionais, como *A mulher que escreveu a Bíblia*, (Companhia das Letras, 1999), por ela conter tanto elementos históricos e bíblicos, como o encontro do rei Salomão com a rainha de Sabá, como elementos ficcionais – a criação da protagonista, supostamente a primeira e única autora da versão feminina da *Bíblia*.

## II – Ficção ou notícia?

“A melhor notícia do dia: o cara ligou pro telessexo e foi atendido pela própria mulher. A mulher estava fazendo um bico!”.

Com esta notícia, publicada originalmente na *Folha de S. Paulo*, por José Simão em 11 de janeiro de 2000, Moacyr Scliar inicia sua história, intitulada “Ao telefone, sexo é outra coisa”, constante do livro *O imaginário cotidiano* (Companhia das Letras, 2001).

A fim de situar melhor o leitor, mas sem a pretensão de proporcionar o mesmo prazer de leitura, reconto a história: um sujeito casado havia muitos anos, entediado com o sexo rotineiro que fazia com a esposa, acionou o serviço de sexo por telefone, depois de decidir que tal iniciativa não significaria infidelidade. É recebido por uma “voluptuosa voz feminina” que, entre suspiros e palavras excitantes, deixa transparecer algo familiar. Reconhecendo logo a voz da esposa, pergunta-lhe, indignado, o que estava fazendo neste serviço. A resposta, como toda boa dona de casa, é certa: “Eu estou ganhando um dinheirinho para ajudar nas despesas da casa”.

Durante meia hora, discutiram ao telefone e “disseram-se tudo que não se haviam dito em vinte e seis anos de casamento”. Prometendo romper com tudo, a mulher volta para casa depois de meia hora mas, reconciliando-se com o marido, ouve o seu pedido: que repetisse, antes da próxima relação sexual que se avizinhava, as coisas que tinha dito no telessexo. No entanto, ela só sabia falar essas coisas ao telefone e, por isso, o casal, daquele dia em diante, só faz amor com o telefone na cama.

Tal história nos faz perceber como Moacyr Scliar se apropriou de elementos do mundo mediado pela imprensa e, a partir deles, construiu sua história. Na verdade, o acréscimo do autor aconteceu a partir do suposto reencontro do casal em casa e na sua reconciliação.

Se fôssemos tentar buscar um percentual de quanto o autor se baseou nos “dados do mundo mediado” e o quanto trabalhou com sua imaginação, poderíamos propor a seguinte metodologia, ainda incipiente, mas por enquanto necessária para tentar mostrar minha primeira hipótese: a de que a separação entre gênero literário e gênero jornalístico é tênue, mas presente.

O texto em análise tem seis parágrafos, desconsiderando o que reproduz a notícia de jornal. Deste total de parágrafos, 50%, ou seja, os três primeiros, tratam do flagrante do marido do trabalho da mulher no telessexo e sua reposta de que fazia para “ganhar um dinheirinho”.

Conseqüentemente, os três parágrafos finais tratam da reconciliação do casal – momento onde, conforme citei anteriormente, se dá o acréscimo ficcional de Moacyr Scliar.

Nesta primeira história, portanto, vemos, em número de parágrafos, um equilíbrio numérico entre “fato jornalístico” e ficção.

Vamos a mais um exemplo, também extraído de *O imaginário cotidiano*. Em “A viajante solitária” a notícia que abre a história foi publicada em 29 de maio de 2000, no caderno Tursimo, da *Folha de S. Paulo*: “Mulheres descobrem o prazer de viajar sós: ao embarcar sem companhia, passageiras ficam abertas a novas amizades e têm mais liberdade”.

Nesta história Moacyr Scliar conta a experiência de uma mulher cujo casamento andava em crise, mas que se permite viajar desacompanhada, uma vez que seus dois filhos já estavam crescidos. Surpreende-se ao não encontrar resistência do marido ao seu projeto e, ao invés de embarcar num “lugazinho no interior, um lugar sem telefone, sem nada, um lugar onde pudesse pensar, fazer um balanço de sua vida”, embarca para Paris, na esperança de encontrar o “incógnito e encantador personagem que lhe excitava a imaginação”.

Depois de conhecer a cidade, na véspera de seu regresso ao Brasil, decide dar a última cartada e jantar num restaurante romântico, ao som de *la vie en rose*, com um bom vinho, para conhecer seu novo e ainda desconhecido amor. Mal passa pela porta... Logo vê, a uma mesa, seu marido e uma moça loira, de óculos escuros, parecendo apaixonados.

Assim que retorna ao país, a personagem apenas pensa em cumprir seu objetivo: “encontrar algum lugazinho no interior, um lugar sem telefone, sem nada, um lugar onde possa pensar, fazer um balanço de sua vida”.

Se adotarmos a mesma metodologia para o texto anterior, veremos que esta história compõe-se de sete parágrafos, mas apenas o primeiro remete-se à notícia publicada. Em porcentagem: 14% do texto é baseado em um fato jornalístico e os outros 86% são ficção.

É importante voltar a lembrar que tal metodologia não pode ser considerada científica, mas permite mostrar, de maneira pouco subjetiva, quanto o autor criou e quanto se apropriou de dados da realidade. Neste caso, quase tudo foi criação literária, ao contrário do exemplo anterior.

Até agora, baseada em apenas duas histórias, tentei, de alguma forma, “medir” o quanto o autor é, por assim dizer, “jornalista” e o quanto é “literário”, sabendo da fragilidade do método.

Até o presente momento a ficção parece estar ganhando do fato jornalístico, mas esta primeira impressão fica esvaziada se não pusermos em discussão outro aspecto essencial: até que ponto a leitura da ficção alimenta a leitura do jornal ou vice-versa?

Para tentar responder a esta questão é inevitável pensarmos na tradição dos folhetins-romance, publicados em capítulos desde o século XIX no Brasil, sempre ao pé das páginas do jornais, cujos desfechos parciais apresentavam sempre o detestado “continua-se”, na tentativa de manter a adesão dos leitores e leitoras para as edições seguintes. Entre 1839 e 1842, os folhetins-romance franceses são praticamente cotidianos no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, como lembra Marlyse Meyer (1996, p. 283).

Tão fulgurante e rápida penetração do folhetim francês sugere a constituição no Brasil, nas décadas de 1840 e 1850, de um corpo de leitores e ouvintes consumidores de novelas já em número suficiente para influir favoravelmente na vendagem do jornal que as publica e livros que as retomam. (MEYER, 1996, p. 292) (Grifo meu)

Em 1882, segundo informa ainda Marlyse Meyer (2001, p. 89) um redator do jornal *A Estação*, revista ilustrada para senhoras, editada no Rio de Janeiro de 1879 a 1904, fornece a resposta para a pergunta que formulei anteriormente e que, para efeito de clareza do texto, volto a repetir: até que ponto a leitura da ficção alimenta a leitura do jornal ou vice-versa?

Toda a gente é concorde em afirmar que o Brasil é um país não essencialmente agrícola, como também profundamente contrário à letra redonda. Todos o sabem e os editores o sentem. Mas, por outro lado (e parece-me isto explica e justifica o mistério) não há talvez país nenhum no mundo em

que se emprestem livros e jornais com tamanha profusão como entre nós.

O tendeiro que assina o *Jornal do Comércio*, não julgue a leitora que o faça para recreio seu, mas sim para o emprestar a vinte ou trinta famílias, que o reclamam vinte ou trinta vezes na roda do dia.

Com *A Estação* particularmente pode-se dizer que cada assinante representa, termo médio, dez leitores, o que nos dá uma circulação de cem mil leitores, quando aliás, nossa tiragem é apenas dez mil assinantes.

Segundo Marlyse Meyer, embora ainda não existam as necessárias pesquisas, “não faltam indícios da correlação entre a prosperidade do jornal e o folhetim” (1996, p. 294).

Portanto, não parece equivocada afirmar que a formação do público leitor se constituiu, no Brasil, juntamente com a imprensa. Embora vários jornais tenham tido vida efêmera, principalmente os de forte natureza política ainda no século XIX, como lembra Néelson Werneck Sodré na *História da Imprensa Brasileira*, o que interessa marcar neste trabalho é o intenso diálogo entre textos ficcionais e jornais, uma vez que o segundo dava condições materiais para que o primeiro circulasse. Um vez formado o leitor de folhetins, tinha-se, potencialmente, o leitor de jornais.

Atualmente, não é possível fazer uma distinção nítida dos que lêem jornal como fonte de informação ou como lazer, mas, como lembram Asa Briggs e Peter Burke (2004, p. 193), informação, educação e entretenimento formam, na imprensa escrita e eletrônica, uma tríade inseparável.

Segundo tais autores, até os séculos XVII e XVIII, “informação” era descrita como “inteligência”; “educação”, como “instrução” e “entretenimento” como “passatempo” ou “diversão”.

Não pretendo ampliar tais conceitos, pois seria necessário começar a refletir sobre a “sociedade da informação” e seu significado no Brasil, o que não é escopo deste trabalho, mas, sim, adaptá-los a partir de sua descrição no dicionário Houaiss:

*Informação*: ato ou efeito de tomar informar(se), [tomar ciência]; conhecimento obtido por meio de investigação ou instrução;

*Educação*: conhecimento e desenvolvimento resultantes desse processo [pedagogia, instrução e ensino];

*Entretenimento*: ato ou efeito de distrair-se.

Bem se vê que, a julgar pela definição dos verbetes, “informação” e “educação” são dois conceitos que se aproximam, uma vez que ambos falam em “conhecimento” ou “instrução”. Para efeito de clareza de minha análise, estarei empregando o termo “informação” para significar “aquisição de algum tipo de conhecimento” e entretenimento como “distração”.

Isso posto, a proposta deste texto – analisar como Moacyr Scliar se utiliza do suporte “jornal” e do suporte “livro” e as adequações necessárias para migrar de um a outro – pode ganhar mais envergadura a partir de uma segunda questão: este autor procura divertir ou informar?

Não se trata mais de apenas tentar levantar numericamente o número de parágrafos reaproveitados pelo fato jornalístico, mas também de mergulhar na interpretação dos textos ficcionais de Scliar no jornal.

Vamos, portanto, a mais um exemplo. Trata-se da história intitulada “Último desejo”, que tem por referência a seguinte notícia, extraída do caderno “Cotidiano” da *Folha de S. Paulo*, em 02 de novembro de 2000: “A igreja de Saboeiro (CE) empresta caixões para famílias que não têm condições para pagar pelo enterro. Os familiares podem velar os mortos no ‘caixão das almas’, como é conhecido, e depois o corpo é enterrado diretamente na terra. O caixão acaba sendo reutilizado por vários mortos”.

A história criada por Scliar gira em torno de Pedro Giló, moribundo muito pobre que, ao avistar a chegada do caixão, cheio de adereços, doado pelo fazendeiro Tenório, pediu à família que fosse enterrado nele. Quando entendeu que isso não seria possível, pois o caixão seria usado apenas para o velório, Pedro Giló recusou-se a morrer. Como numa espécie de corrida contra o tempo, não se sabe o que vai acontecer primeiro: o doente morrer ou o caixão se desfazer, uma vez que, apesar da aparência vistosa, ele era de madeira ordinária, toda carunchada.

Nesta história, os nove parágrafos que a compõem são ficcionais. Isso quer dizer que a notícia que lhe serviu de pretexto é um parágrafo à parte e serviu apenas para dar o argumento que fez Pedro Giló se recusar a morrer. Portanto, pode-se dizer que, segundo o método proposto de calcular em percentuais quanto é criação literária e quanto é fato jornalístico, pode-se dizer que, neste caso, 100% da história é ficcional.

Mas isso não quer dizer que a notícia geradora não tenha surtido interesse aos leitores do jornal, embora isso não possa ser medido.

O que pode ser analisado nesta história é a migração de alguns elementos do “fato vivido” para a ficção. Trata-se, em primeiro lugar, da informação de que a Igreja de Saboeiro, que empresta os tais caixões, localiza-se no Ceará. Tal referência geográfica é suficientemente marcada no imaginário brasileiro para tornar verossímil a coexistência de um rico fazendeiro que empresta caixões para gente “pobre, sem terra ou bens”, embora na história inventada não haja referência à região em que estes fatos ocorrem.

Os nomes próprios dos personagens também merecem atenção: enquanto Tenório sugere tradição e força política, talvez por associação com o deputado Tenório Cavalcanti, famoso por andar de capa preta, carregando uma metralhadora e motivo do filme de Sérgio Rezende, de 1986, Pedro Giló é seu oposto: seu nome é simples – Pedro – e Giló, seu sobrenome, com “g” inicial, remete ao alimento jiló, com “j” inicial, muito cultivado no Brasil e de sabor amargo.

O leitor deixa-se influenciar por tais informações, mesmo que subliminares, e talvez nem note que embora a notícia do jornal explicita que o mesmo caixão acaba sendo utilizado por vários mortos, na ficção de Scliar o caixão fica à espera da morte de Pedro Giló.

Pergunta-se, então: o texto jornalístico que deu suporte à história de Scliar, informa ou entretém? E o ficcional?

Pode-se dizer que as duas categorias de análise – informar ou entreter -- estão contempladas na notícia do jornal: o leitor é informado da prática de empréstimo de caixões e entende que ela ocorre numa determinada região do país. Também pode se divertir com o exotismo da mesma prática, pelo menos entre os leitores da *Folha de S. Paulo* que, supostamente, enterram seus mortos em caixões individuais e definitivos.

Talvez não se possa dizer o mesmo da ficção de Scliar: ela mais diverte que informa pois, como já disse anteriormente, não há na história nenhuma informação relativa ao lugar onde se passa a ação e, ao mesmo tempo, fica claro ao leitor que os personagens são tipos, e não sujeitos de uma história que possam servir como modelo, seja positivo ou negativo. Isso quer dizer que “O último desejo” não informa, mas diverte o leitor.

Parece ter chegado, por uma medida de coerência, o momento de adotar o mesmo critério para as duas histórias anteriores – “Ao telefone, sexo é outra coisa” e “A viajante solitária” para começarmos a pensar se a hipótese que começa a se configurar se confirma, a saber: mais do que tentar investigar a quantidade de elementos incorporados do texto jornalístico

para o ficcional, interessa saber o quanto os textos informam e entretêm. Se o predomínio for a diversão em detrimento da informação, então estaremos lidando com textos ficcionais e não jornalísticos.

Em “Ao telefone, sexo é outra coisa” a notícia que dá origem ao texto ficcional nada informa sobre o funcionamento do serviço de telessexo ou das motivações que levam clientes a procurar por ele. Tampouco informa sobre o sujeito que é surpreendido ao reconhecer a voz da esposa ao recorrer a este serviço, mas permite ao leitor saber a ocorrência de tal situação.

A ficção de Moacyr Scliar, apoiada nesta notícia, traz elementos cômicos: o casal antes em crise se reconcilia, transforma o sexo burocrático em ardente, desde que mediado por um telefone.

Em resumo: nota-se no texto de jornal o predomínio da informação, no sentido de tomar ciência, de o marido ser surpreendido pela própria mulher no telessexo e, no texto ficcional, o predomínio do humor, isto é, da quebra de expectativa, como ocorre nas piadas: o casal se reconcilia, tendo como parceiro de cama o telefone.

Ainda que tenha tentado demonstrar que o texto jornalístico tenha cumprido sua função informativa, não seria correto ignorar sua autoria e seu estilo bem-humorado: trata-se de José Simão, conhecido pela sua irreverência e crítica aos costumes do cotidiano.

Já em “A viajante solitária”, a notícia que dá suporte à história é anônima e extraída do caderno Turismo, o que significa a busca por uma certa imparcialidade, uma vez que a descrição, e não o bom-humor, é a tônica deste texto: “mulheres que viajam sós ficam mais disponíveis a novas amizades”. Neste caso, o leitor informou-se, isto é, tomou ciência desta característica feminina.

A ficção elaborada por Scliar é toda marcada pelo entretenimento: a mulher casada que decide ir a Paris em busca do príncipe de seus sonhos termina encontrando seu próprio marido, jantando romanticamente com uma companhia feminina. Mais uma vez é o desfecho da história, inesperado, que surpreende o leitor, gerando o efeito cômico.

Temos assim que todas as histórias ficcionais analisadas até agora têm, em comum, o predomínio do entretenimento, enquanto as notícias que lhes dão suporte informam mais que divertem.



Embora *O imaginário cotidiano* contenha, no total, 85 histórias, o que procurei mostrar na análise destas três histórias é que embora seja possível reconhecer no texto ficcional elementos extraídos de notícias de jornal, o que marca a diferença do texto jornalístico para o ficcional é a ênfase que se dá à informação ou ao entretenimento. Ou, como escrevi nas páginas iniciais do texto: as diferenças entre texto jornalístico e literário são tênues, mas presentes.

### III – Ficção ou fatos históricos?

A mim pouco importava. Tendo descoberto o mundo da palavra escrita, eu estava feliz, muito feliz. Escondida na caverna da montanha (minha habilidade teria de ficar em segredo, conforme recomendação do próprio escriba), eu passava os dias escrevendo, à tênue luz de uma lamparina. Escrevendo o quê? Qualquer coisa. Pensamentos. Versos. Histórias, sobretudo histórias. *Histórias que eu inventava e nas quais era sempre a bela heroína cuja atenção príncipes, encantados ou não, disputavam. Histórias verdadeiras, histórias de nossa gente, que o escriba me contava e que eu transcrevia no pergaminho.*(SCLIAR, 1999, p. 41) (Grifo meu)

O texto que serve de abertura para desenvolver a análise de Scliar como autor que se apóia em documentos históricos para produzir seus romances foi extraído de *A mulher que escreveu a Bíblia*. Os trechos nele grifados sugerem como se dá o processo de criação literária da protagonista (e talvez do próprio autor): tanto histórias inventadas, quanto histórias verdadeiras (as que tinham a chancela do escriba da tribo), lhe servem de inspiração. Trata-se de uma produção praticada às escondidas, uma vez que às mulheres bíblicas (e também às que as sucederam na história ocidental até meados do século XIX) não era dado o direito da leitura e da escrita.

Mais uma vez faz-se necessário recontar a história de Scliar, embora sem a mesma graça. Sem nome próprio, a protagonista deste romance tem como principal característica sua enorme feiúra facial, embora fosse “boa de corpo”. Descobre, por meio de terapia de vidas passadas, ter sido uma antiga cidadã dos tempos bíblicos na então Canaã e filha de um pastor de cabras.

Tornou-se, por meio das relações comerciais do pai, uma das mulheres do rei Salomão, coincidentemente depois de ter sido alfabetizada às escondidas pelo escriba da tribo, que

via na possibilidade de escrever um consolo para a vida celibatária que se apresentava para sua protegida.

A protagonista não só se apaixona pelo rei Salomão, como consegue, depois de algumas tentativas frustradas, consumir o casamento e, mais que tudo, escrever, sob encomenda, sua versão da *Bíblia* que, infelizmente, acaba se perdendo num incêndio de origem duvidosa em seus aposentos.

Ao final do romance, o leitor fica sabendo que a protagonista consegue superar suas dificuldades amorosas no tempo atual, abandonando seu apartamento e psicanalista, que começava a se apaixonar por ela.

Não resta a menor dúvida de que *A mulher que escreveu a Bíblia* é uma ficção sem pretensões históricas. Mas, ainda assim, é possível aprender e rever neste romance certas passagens do Velho Testamento, como a expulsão de Adão e Eva do Paraíso, o julgamento do rei Salomão sobre as mães que disputavam o mesmo filho, o interesse do rei Salomão pela rainha de Sabá, a disputa entre Caim e Abel etc.

No entanto, o fator predominante do texto em análise novamente é o humor, uma vez que é bastante inesperada a versão que a protagonista dá aos episódios bíblicos, como a libidinagem que corria entre Adão e Eva, para ficar num único exemplo.

Mas, ao mesmo tempo, encontramos, dentro da mesma ficção bem-humorada de Scliar, trechos que podem ser interpretados como sua profissão de fé na arte de escrever. Em certo momento da história, o rei Salomão dirige as seguintes palavras à protagonista:

[...] Não quero ser lembrado por ruínas. Quero ser lembrado por algo que dure para sempre. Sabes o quê?  
 Fez uma pausa, olhou-me, e anunciou, solene:  
 — Um livro. Um livro que conte a história da humanidade, de nosso povo. Um livro que seja a base da civilização. Claro, o livro, como objeto, também é perecível. *Mas o conteúdo do livro, não. É uma mensagem que passa de geração em geração, que fica na cabeça das pessoas. E que se espalha pelo mundo. O livro é dinâmico. O livro se dissemina como as sementes que o vento leva.* (SCLIAR, 1999. p. 116). [Grifos meus]

Se concordarmos com a idéia de que o livro, enquanto suporte, pode ser perecível, mas não as idéias que ele contém, estamos começando a nos aproximar de uma idéia que pode ajudar a esclarecer a diferença entre o texto que contém um fato histórico, como o jornalístico, e o literário, que potencialmente cria enredos a partir dele.

Segundo Carlos Heitor Cony, em artigo publicado na *Folha de S. Paulo* em 29 de abril de 2005:

O jornalista é um peixe de aquário, exhibe seu desenho, suas cores, a fosforescência que atrai o leitor. Impossível não admirar um peixe na gaiola iluminada, com água renovada diariamente. É um *clown*. Precisa de brilho, expressa-se num palco.

O escritor é diferente. Ele terá apenas cem leitores, como Stendhal calculava para si mesmo. Ou, como Shakespeare, passará 200 anos no limbo. O jornalista não pode passar duas edições sem ser lido.

Juntando os pensamentos de Scliar e de Cony temos que o texto literário é mais permanente que o jornalístico, mesmo que seu suporte não o seja. Sua pretendida eternidade, no entanto, não garante adesão de leitores, talvez pela sua característica mais intrínseca: o texto literário está menos preocupado com a verdade dos fatos e mais com a verossimilhança. Para parecer verdadeiro, mas sem sê-lo obrigatoriamente, o autor de ficção pode abusar de adjetivos, de digressões, de descrição de sentimentos etc. Dada a extensão de sua obra, corre mais o risco de desagradar seus leitores do que o jornalista que, desprovido de adjetivos, é obrigado, cotidianamente, a escrever o fato de forma sucinta, linear e organizada, sob pena de desinteressar o leitor.

Não cabe aqui começar a analisar a diferença de circulação destas duas modalidades de textos impressos, uma vez que livros sofrem um processo editorial muito mais lento e seletivo que jornais, cujas tiragens normalmente são muito superiores aos livros e mais baratas.

#### **IV – Considerações finais**

O texto até agora tentou mostrar como as diferenças entre texto jornalístico e texto literário, embora presentes na produção de Moacyr Scliar, são tênues e pouco “científicas”. Isto porque tanto o texto jornalístico, quanto o ficcional, não expressam o real, como lembra Marisa Lajolo: “ a aprendizagem mais fundamental relativa à leitura de jornais é entender que o jornal é uma representação do real e não o real propriamente dito” (FOLHA EDUCAÇÃO, 2005).

Se nem o jornal é o real, mas uma representação dele, o que se dirá do texto literário?

Para Aristóteles, na sua *Poética*, a arte literária, associada ao teatro, era uma recriação mimética da realidade e não se pretendia autônoma. Portanto, para este filósofo grego, o texto literário não substitui a realidade, mas a representa.

Então, a pergunta permanece: como explicar a diferença entre literatura e jornalismo, uma vez que ambos são representações, mas distintos?

Voltemos, então, à primeira crônica de Moacyr Scliar vista neste trabalho: -- "Ao telefone, sexo é outra coisa". Não parece muito provável que o leitor acredite fielmente nos fatos narrados: a de que um marido surpreende a própria esposa no telessexo e, no lugar de romper o casamento, como tudo indicava, o casal se reconcilia, incluindo no relacionamento sexual pitadas de erotismo até então inexistentes.

Pode-se perceber que, neste caso, o narrador rompeu com a realidade palpável e aproximou-se da realidade ficcional. O mesmo pode-se dizer da segunda narrativa – "A viajante solitária" em que a protagonista, em busca de um novo amor, vai a Paris e acaba testemunhando com os próprios olhos seu ainda marido num restaurante romântico com outra mulher.

Na terceira narrativa, "Último desejo", a quebra do compromisso com a realidade palpável é ainda mais visível: um doente terminal se recusa a morrer porque não quer devolver o caixão depois do velório.

Em *A mulher que escreveu a Bíblia* há vários momentos em que o narrador se aproxima e se distancia da realidade palpável, mas é a coerência interna do texto que permite ao leitor continuar aceitando fatos muito improváveis: a revelação da mulher que escreveu a primeira versão da *Bíblia* e os segredos de alcova do rei Salomão.

Portanto, mais do que tentar localizar percentuais de aproveitamento de parágrafos do texto jornalístico no literário, ou de tentar diferenciar informação de entretenimento, o que parece distinguir os dois gêneros é a adesão do autor ao contexto externo (representação dos fatos) ou à realidade ficcional.

Moacyr Scliar, por tudo que foi analisado até agora, adere muito mais à realidade ficcional que à factual. Sabe tão bem em que momentos deve se aproximar ou se distanciar dos fatos, que seus textos quase sempre são cômicos e ganham a atenção do leitor. Ou seja, contrariando Stendhal citado por Cony, trata-se de um autor de literatura com muito mais de cem leitores.

## V - Referências bibliográficas

BRIGGS, Asa e BURKE, PETER. *Uma história social da mídia*. Rio de Janeiro, Zahar, 2004.

CONY, Carlos Heitor. “Jornalismo e literatura”. *Folha de S. Paulo*, 29 de abril de 2005.

FOLHA EDUCAÇÃO. Março/abril 2005.

DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA. Rio de Janeiro, Objetiva, 2001.

MEYER, Marlyse. *Caminhos do imaginário no Brasil*. São Paulo, Edusp, 2001.

MEYER, Marlyse. *Folhetim*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

SCLIAR, Moacyr. *A mulher que escreveu a Bíblia*. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

SCLIAR, Moacyr. *O imaginário cotidiano*. São Paulo, Global, 2001.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Mauad, 1999,